

## Uma breve reflexão crítica sobre a economia política do desenvolvimento

Gustavo dos Santos (Ph.D.) e Rodrigo Medeiros (D.Sc.)<sup>i</sup>

### O retorno do pêndulo?

Um tema que retornou ao palco dos grandes debates nacionais diz respeito ao papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico. Não se trata essa de uma discussão nova entre nós. Desde a década de 1950, pelo menos, essa temática atrai polêmicas capazes de polarizar grupos de interesses na sociedade brasileira.

O clima de crise permanente instalado após setembro de 2008, sob o qual ainda vivemos, fez com que ideias e visões alternativas de mundo ressurgissem. Muitos haviam apostado no fim do ciclo conservador iniciado pela dupla Reagan e Thatcher, porém as resistências da *haute finance* ainda mantêm o mundo na corda bamba. Economistas do lado da oferta (*supply-side*) ainda persistem na retórica de aliviar fiscalmente os ombros dos mais ricos mesmo quando os números apontam para expressiva capacidade ociosa industrial mundo afora e quando se nota a aversão aos riscos e incertezas dos empreendedores crescendo.

Nesse ambiente não nos parece razoável supor que um empresariado racional faça expressivos investimentos na produção de bens e serviços, pois o mais lógico seria esperar para ver o que acontece mais adiante. Caso haja efetivamente alguma recuperação econômica a partir de então, o empresariado recuperaria o estado de confiança nos negócios e realizará novos investimentos.

A questão, portanto, é saber de onde viria essa recuperação. Não nos surpreende que John Maynard Keynes (1883-1946) tenha sido tão citado ultimamente. Reconhecemos no ambiente de finanças desreguladas haver interdependências econômico-financeiras entre os países e existirem também expressivas diferenças quanto ao estágio de desenvolvimento entre os mesmos. Para se ter uma ideia do tamanho da encrência neoliberal, basta citar um número do Banco Internacional de Compensações (BIS): existem aproximadamente \$648 trilhões em derivativos não regulados.

Segundo afirmou Keynes em sua obra magna: “Os especuladores podem não causar dano quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento; mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolhas no turbilhão especulativo. Quando o desenvolvimento do capital em um país se converte em subproduto das atividades de um cassino, o trabalho tende a ser malfeito”.<sup>ii</sup> Malfeitos conhecemos muitos pelo noticiário brasileiro.

Compreendemos que essas velhas palavras de Keynes deveriam provocar alguma reflexão no Brasil. Afinal, vivemos em um mundo onde aproximadamente 70% das transações nos mercados de capitais podem ser consideradas como de alta frequência.<sup>iii</sup> Defender um sistema econômico global extremamente volátil e que mais se assemelha a um cassino não é tarefa fácil atualmente.

Incertezas existem na eurozona e nos EUA, mas se os regimes democráticos devem ser mantidos pela escolha política não haverá então como escapar de uma regulação maior do sistema financeiro – restrições de liberdade de movimentação, redução da alavancagem das instituições financeiras e menos inovação de produtos.

Propomos neste artigo discutir conceitos-chave da economia política do desenvolvimento, com a esperança de que os mesmos possam trazer luz ao debate brasileiro do presente. Afinal, alguém saberia dizer qual é a agenda de desenvolvimento brasileira?

### **Desenvolvimento econômico**

Desde a escola dos fisiocratas no século XVIII, o estudo da ciência econômica acostumou-se a lidar com modelos e questões sociais abrangentes. A política é uma delas. Os fisiocratas eram reformistas que viam em uma suposta “ordem natural” a esperança de salvar a França da decadência absolutista, mantendo a estrutura de classes de então.<sup>iv</sup>

O conceito de classe social integra o arcabouço fisiocrata e a possibilidade do conflito era previsível. Entre as três classes do modelo, o lucro só poderia surgir do esforço dos produtores. Manufaturas e proprietários de terras não eram considerados atores geradores do excedente social (lucros). Uma classe proprietária mais esclarecida deveria aceitar custear com tributos na sua renda melhorias na infraestrutura econômica. Essa classe social, pelo jeito, não se sensibilizou com a argumentação racional dos fisiocratas. Pode-se dizer que a grande inovação dessa escola foi o diagnóstico da interdependência e da circularidade dos fatos econômicos.

A relação entre teoria econômica e relações de poder não é nova. Adam Smith (1723-1790), que conheceu a escola fisiocrata em sua viagem ao continente europeu, daria movimento ao modelo econômico. Para o filósofo moral escocês, o tamanho do mercado é limitado pela divisão social do trabalho e esta limita o mecanismo de mercado. Smith visualizou ser a divisão do trabalho nas manufaturas fundamental para o desenvolvimento do sistema de mercado: “a divisão do trabalho aumenta a eficiência do fator trabalho, isto é, sua produtividade”.<sup>v</sup> Não é segredo que Smith se inspirou no artigo “Alfinetes” da *Enciclopédia* de Diderot e D’Alambert (1755).

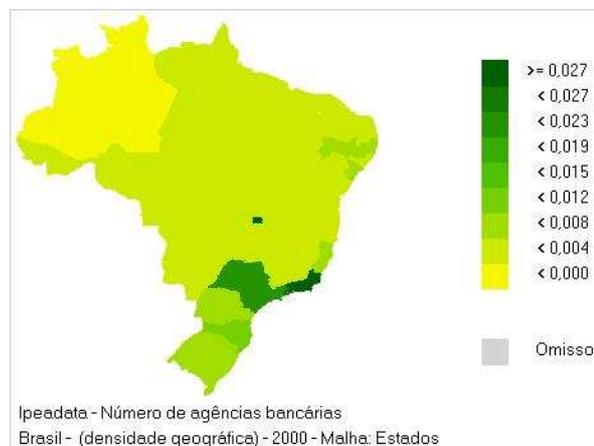
Na condição de filósofo moral, Smith compreendia que relações de poder estariam imersas em qualquer sistema econômico: “pessoas da mesma profissão raramente se reúnem, seja por alegria, seja por diversão, mas a conversa termina em uma conspiração contra o público ou algum artifício para aumentar os preços”.<sup>vi</sup> Estruturas de competição imperfeita exercendo poder de mercado nas barganhas são comuns na vida real. Não se trata de algo mal, em princípio.

Smith, por sua vez, acreditava que o mercado poderia harmonizar interesses contraditórios na medida em que geraria por meio de preços e quantidades o consenso social. Tratou-se por certo de uma visão ingênua, pois a distribuição da renda pelo mecanismo de mercado dependerá invariavelmente das regras formais e informais do jogo, além dos pesos dos atores na arena econômica. Conflitos distributivos já foram objetos de estudos diversos e motivaram reformas que construíram o que se convencionou chamar de Estado do bem-estar social. Não pretendemos evocar neste artigo o fantasma revolucionário de Marx. Reconhecemos, entretanto, que “a teoria da repartição da renda marginalista é altamente apologética porque ela induz quem a estuda a supor que sempre há justiça na repartição”.<sup>vii</sup> Não haveria, portanto, a necessidade do conflito explodir, pois a suposta ciência positiva dos ortodoxos marginalistas determinaria a alocação eficiente e a distribuição justa da remuneração dos fatores de produção.

Sabemos pelo estudo da história que foi pelas vias da redistribuição de renda no século XX que o Estado democrático do bem-estar gerou a harmonia e o consenso social.<sup>viii</sup> Não se tratou de obra de mercados desregulados, a “mão invisível”, e tampouco da generosidade dos donos do poder.

Há visões mais contemporâneas em sintonia com o pensamento liberal de Adam Smith, porém acrescentando a necessidade da remoção das fontes de privação da liberdade – pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática. Segundo afirma Amartya Sen, “o enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social”.<sup>ix</sup> Amartya Sen não nega a importância do crescimento do produto nacional, do progresso técnico, da industrialização e das rendas individuais, mas ele coloca claramente uma dimensão política na questão do desenvolvimento. Destacamos ainda uma passagem ilustrativa do trabalho do célebre economista: “os mercados às vezes podem ser contraproducentes (como salientou o próprio Adam Smith ao defender a necessidade de controle do mercado financeiro), e há fortes argumentos em favor da regulamentação em alguns casos”.<sup>x</sup> A política integra a organização do sistema econômico, ainda que seja por omissão e/ou incompetência.

Compreendemos ser o desenvolvimento de um país um processo multidimensional - biológico (saúde coletiva), econômico, político-institucional e sócio-cultural.<sup>xi</sup> A economia não é um fim em si mesmo, mas um meio para se gerar bem-estar social. Grandes desigualdades de renda não apontam para um quadro favorável ao investimento produtivo, harmonia e consenso social.<sup>xii</sup>



Partindo de uma perspectiva histórico-estruturalista, colocou Celso Furtado que “as sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações”.<sup>xiii</sup> Trata-se, portanto, de “enfocar o desenvolvimento como um processo global: transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também da apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também de estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas também destruição de valores e supressão da capacidade criadora”.<sup>xiv</sup> As relações econômicas ou políticas entre os países não são simétricas. A ascensão da China como potência manufatureira representa por certo um elemento complicador nesse debate.

## Desenvolvimentismo como ideologia e política

O pensamento desenvolvimentista brasileiro de esquerda, centro ou direita pode muito bem ser enquadrado como uma ideologia.<sup>xv</sup> Na nossa interpretação, ideologia não é uma mera falsificação de uma realidade que se queira manipular, mas uma visão de mundo geradora de convergências sociais entre grupos de interesse. Há por certo disputas e interesses diversificados em jogo, o que é saudável para manter o ambiente democrático. Nesse sentido, a dimensão política representa o espaço institucional de confrontação civilizada de ideias e visões de mundo.

Compreendemos que a escola desenvolvimentista histórico-estruturalista pode ofertar muitos elementos para uma política de base ideológica republicana e democrática. Outros intelectuais pensam de forma similar.<sup>xvi</sup> Afinal, a história não terminou. Se ela “terminou” com a queda da URSS para alguns, então podemos dizer que ela simplesmente recomeçou efetivamente com a implosão do princípio da autorregulamentação dos mercados em setembro de 2008. Crises financeiras não representam um fenômeno novo na história da humanidade. Vivemos recorrentes crises financeiras internacionais desde os anos 1980, porém o alcance deste último evento só é comparável ao de 1929. O Estado-nação foi chamado, mais uma vez, para limpar os excessos de uma ordem econômico-financeira irresponsável. Socializadas as perdas do respectivo ciclo, ainda se encontra quem pregue mais do mesmo neoliberalismo.

Esses são praticamente os mesmos que se acostumaram a acusar àqueles que propõem inflexões nos rumos de desejarem um “retorno ao passado”. Acreditamos que essa é mais uma falácia que busca congelar o debate e evitar reformas institucionais progressistas na ordem econômico-financeira global. O simples fato de que os super-ricos chineses tenham uma soma de US\$1,18 trilhão em paraísos fiscais, segundo divulgou a Tax Justice Network, é sinal de que a cor do gato tem relevância na economia de mercado. Brasileiros possuem um estoque de capital equivalente a um terço do PIB em contas em paraísos fiscais. Trata-se, ainda segundo a Tax Justice Network, da quarta maior quantia do mundo depositada offshore. Diz ainda a Tax Justice Network que além dos acionistas de empresas dos setores exportadores de minerais (mineração e petróleo), os segmentos farmacêutico, de comunicações e de transportes estão entre os que mais remetem recursos para paraísos fiscais.

Tampouco aceitamos que se deva exigir do Estado perfeição, afinal, a política que o constrói e reforma é feita por pessoas e grupos de interesse. Lorde Keynes, um liberal ainda muito incompreendido por muitas mentes, “considerava o planejamento econômico quase da mesma maneira como via a teoria do mercado puro: para dar certo, os dois exigiam dados perfeitos, algo impossível”.<sup>xvii</sup> Como bem sabemos, Keynes aceitou para o pós-guerra uma intervenção governamental indireta, ou seja, ele preferiu o gerenciamento da economia por meio da política macroeconômica. Não se deve confundir, portanto, a visão original de Keynes com o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt, este um programa de intervenção direta na economia.

No que se convencionou chamar de América Latina, a vitória dos aliados e a reconstrução social-democrática da Europa influenciaram mentes e corações na região. Pode-se considerar, nesse contexto, 1949 como o ano do lançamento do “manifesto latino-americano” pelo grande economista argentino Raúl Prebisch, o primeiro secretário-executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Neste documento, seu autor aponta a industrialização como o

caminho para a superação do atraso econômico, o que se chamou posteriormente de subdesenvolvimento. Para que o desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo se sustentasse ao longo do tempo era necessário que a elasticidade-renda da demanda por suas exportações se tornasse gradualmente superior a elasticidade-renda da demanda das suas importações.<sup>xviii</sup> Uma recomendação ainda muito atual.

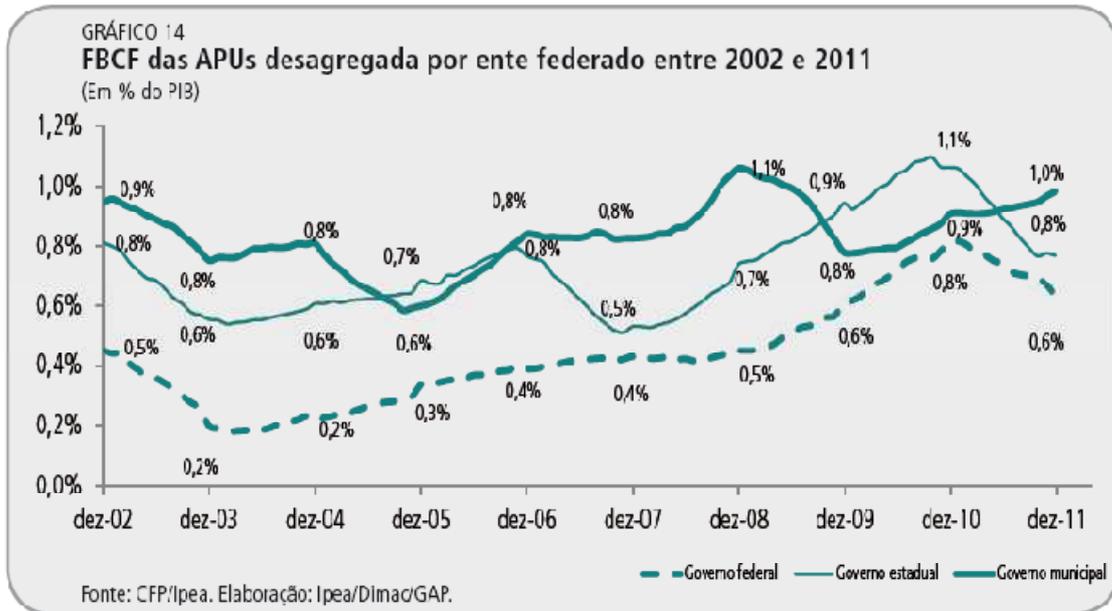
Operando com retornos crescentes de escala, a elasticidade-renda da demanda por manufaturas se mostrava mais elevada do que a demanda por produtos primários; concluiu-se, portanto, que as políticas governamentais de apoio à industrialização deveriam ser perseguidas na região. Deve-se destacar, entretanto, que essa visão não foi hegemônica, pois alguns grupos vinculados à inserção primário-exportadora não aceitariam passivamente a perda de seus privilégios no tocante às prioridades de condução das políticas econômicas nacionais. Para tanto, evocavam a “lei” das vantagens comparativas de Ricardo para defender a tese de que a região tinha vocação agrária e que qualquer passo rumo à industrialização seria criar artificialidades que contrapõem a “ordem natural”. Os fisiocratas do século XVIII não poderiam ter defendido melhor a causa primário-exportadora da região no século XX. Afinal, como seria possível que tudo devesse mudar para que ficasse como estava?

Guardadas as devidas proporções, esse debate polarizador ainda existe no Brasil urbano do século XXI. Há nuances novas, como é o caso da ascensão da China nos últimos anos, porém as características estruturais das discussões permanecem e os governos eleitos que se sucedem têm grandes dificuldades em agrupar todas essas visões de mundo na administração pública. Governos formados por coalizões partidárias muito heterogêneas refletem essas ambivalências ideológicas. Consequentemente observa-se recorrentemente a dispersão dos investimentos públicos, algo que Albert Hirschman afirmou ser o caminho certo para o insucesso de políticas desenvolvimentistas.<sup>xix</sup> Na economia política do desenvolvimento escolhas são necessárias porque não se pode agradar a todos os lados de uma contenda o tempo todo.

A política de acomodação em um país de renda média não se mostra capaz de construir as pontes para o desenvolvimento da nação. Ela pode abafar temporariamente o espírito de campanário brasileiro, mas não se mostra capaz de romper com as amarras do atraso.<sup>xx</sup> Precisa-se efetivamente fazer escolhas no Brasil e o espaço político para conciliações que colocam o país na estagnação econômica se reduz com o agravamento da crise global.

### **O quadro presente e algumas sugestões**

Discussões qualificadas existem muitas no presente, porém nota-se ainda que na prática o Brasil continua andando de lado. Investimentos públicos, em Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), representam menos de 3% do PIB, num contexto em que na Índia e na China esse valor ultrapassa 10% dos respectivos produtos internos.



Propomos algumas reflexões. Iniciemos pela visão de Keynes. Ele compreendeu o fenômeno das expectativas econômicas quanto ao futuro de uma maneira que contrariou a sabedoria convencional de seu tempo. Desde então, sabe-se que em um contexto de contração econômica um empresariado razoavelmente racional espera a situação melhorar efetivamente para realizar novos investimentos. Do ponto de vista macroeconômico, essa busca pelo crescimento da poupança privada corresponderá a uma pressão por déficit público.

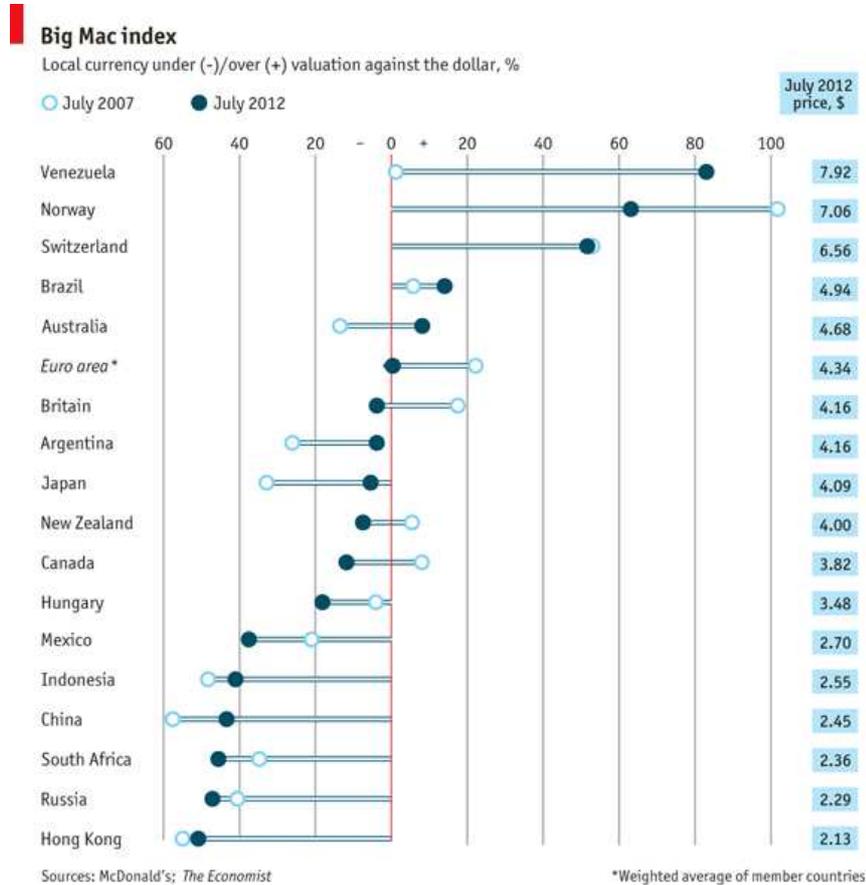
Keynes apontou que existiriam basicamente três motivos para um agente econômico exercer a preferência pela liquidez – precaução, transação e especulação. Não se precisa de muita reflexão para avaliar o mais antissocial dos motivos. A redução da taxa básica de juros não garantirá crescimento maior da economia brasileira nesse cenário de persistência da crise global; para se elevar e sustentar em bom nível a demanda agregada, deslocando a presente ênfase do crescimento pelo lado da demanda de consumo para a de investimento, algumas medidas institucionais serão necessárias.

Segundo o ranking *Doing Business 2012* do Banco Mundial, o Brasil aparece perdendo seis posições em relação ao ano anterior. Sabemos das dificuldades institucionais para se fazer negócios no país. Vejamos um campo de atuação para aperfeiçoamentos institucionais.<sup>xxi</sup>

Com relação ao item pagamento de impostos, o Brasil é o 150º do ranking de 183 países. Destaca-se negativamente que 2.600 horas/ano são necessárias para se preparar, registrar, pagar e/ou reter tributos. Para se ter uma ideia do tamanho da jabuticaba tupiniquim, basta mencionar que na América Latina esse tempo médio é de 382 horas/ano e na OCDE, 186.

Impostos trabalhistas e contribuições somam 40,9% dos lucros no Brasil, ao passo que eles representam 14,6% na América Latina e 24,0% na OCDE. A taxa total de tributos nos lucros é de 67,1% para o Brasil, 47,7% para a América Latina e 42,7% para a OCDE. A tributação ainda é regressiva no Brasil, algo que limita o alcance das políticas keynesianas.

O custo do capital se mantém elevado no Brasil e a sua taxa de investimento produtivo, FBCF, não ultrapassa os 20% do PIB. Até quando poderemos manter déficits em transações correntes na casa dos 2% do PIB sendo financiados com relativa tranquilidade é uma questão em aberto e que dependerá dos desdobramentos externos da crise. A redução do superávit primário de 3,1% do PIB se fará necessária, além de um ajuste cambial de piso em R\$2,30/US\$1.<sup>xxii</sup>



O ambiente de negócios é recorrentemente citado como objeto merecedor de aperfeiçoamentos e também de reformas que necessitam passar pelo Legislativo. Alguma evolução ocorreu nos últimos vinte anos. Entretanto, as comparações internacionais apontam ainda que se faz necessário percorrer uma longa marcha de aperfeiçoamentos institucionais. Conforme se pode notar nos números tabelados pelo Fórum Econômico Mundial, é possível conciliar políticas de bem-estar social com competitividade nacional. O Brasil se posicionou na 53ª desse ranking de 142 países avaliados. Pode-se acertadamente alegar que os países são diferentes em suas dimensões, histórias e potencialidades.

Investidores razoavelmente inteligentes reconhecem que o tamanho do mercado doméstico pode compensar ineficiências microeconômicas e macroinstabilidades passageiras. O Brasil, por exemplo, atrai investimento produtivo estrangeiro há mais de 50 anos por conta da dimensão do seu mercado doméstico, não pela qualidade de suas instituições. A questão é saber se esse quadro seria suficiente para um país que possui ambições de desenvolvimento socioeconômico. Não parece ser esse o caso.

The Global Competitiveness Index 2011-2012 rankings					
Top 10	GCI 2011		GCI 2010		
	Rank	Score	Rank	2010 /11 change	
Switzerland	1	5.7	1	→	0
Singapore	2	5.6	3	↑	1
Sweden	3	5.6	2	↓	-1
Finland	4	5.5	7	↑	3
United States	5	5.4	4	↓	-1
Germany	6	5.4	5	↓	-1
Netherlands	7	5.4	8	↑	1
Denmark	8	5.4	9	↑	1
Japan	9	5.4	6	↓	-3
United Kingdom	10	5.4	12	↑	2

Difícilmente se poderia indicar uma receita universal de desenvolvimento e competitividade para os países. Transplantar modelos ou experiências pode inclusive revelar-se frustrante. Faz-se necessário, portanto, espírito crítico e bom senso. Sabemos que alguns desenvolvidos se tornaram países de alta renda e exportadores de commodities, muito embora tenham uma densidade demográfica baixa e que se ajusta bem a tal arranjo de inserção primário-exportadora.

Outros países continuam subdesenvolvidos, exportando majoritariamente commodities e ainda bastante dependentes da tecnologia desenvolvida exogenamente. Alguns desses países evoluíram inegavelmente em alguns indicadores sociais na última década a partir de políticas de redistribuição de rendas permitidas por um contexto internacional favorável. Para esses, a armadilha da renda média é uma dura realidade.<sup>xxiii</sup> A mudança de patamar de desenvolvimento exige a modernização em todos os tecidos econômico e social.

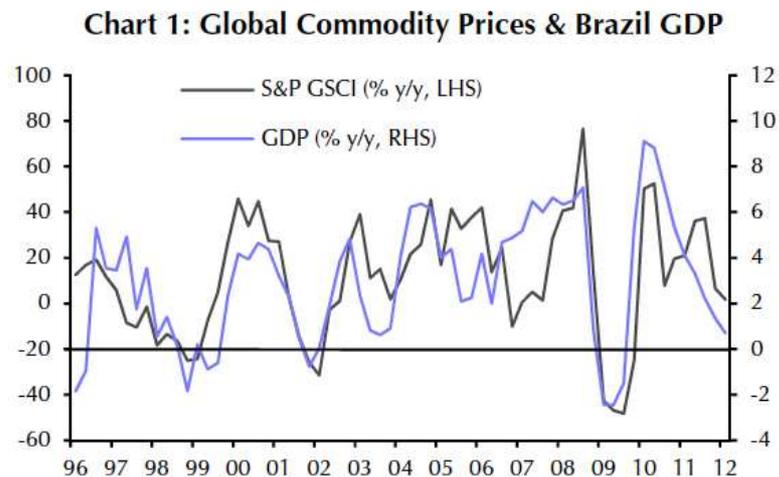
Segundo o índice de competitividade global (GCI, em inglês) do Fórum Econômico Mundial, não é preciso muito esforço para se avaliar criticamente em quais pilares da competitividade o Brasil precisaria concentrar investimentos e ações nos próximos anos. O índice de competitividade global do Fórum Mundial compreende 12 categorias de pilares da competitividade que oferecem um quadro abrangente da competitividade de um país – instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, saúde e educação primária, educação superior e treinamento, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro, prontidão tecnológica, tamanho do mercado, sofisticação empresarial e inovação.

Vejamos dois exemplos de ações possíveis para o curto prazo. Quanto tempo mais se escutará que a educação é fundamental para o desenvolvimento sustentado do Brasil, ainda que sua qualidade permaneça baixa e não avance com a universalização do acesso ao serviço? Entre os Bric, o Brasil é o último em pedidos de patentes.<sup>xxiv</sup> Números da Organização Mundial de Propriedade Intelectual apontam para uma competitividade brasileira centrada em indústrias de baixa intensidade tecnológica e que os não residentes respondem por 88% dos registros de patentes. Na China, por sua vez, os não residentes respondem por 25% dos registros. O Brasil ocupa o 24º posto do ranking internacional liderado pelos EUA. Afinal, o que está mesmo

indicando a correlação entre a baixa qualidade da educação brasileira e a competitividade da sua base produtiva?

Vantagens comparativas dificilmente explicam a opção nacional por uma inserção internacional de baixo dinamismo econômico, afinal, o mundo não é mais o mesmo da ciência sombria dos retornos decrescentes descritos no século XIX. Ademais, já se sabe que a economia global comporta múltiplos equilíbrios ao longo do tempo e que os limites da expansão econômica de atividades que operam com retornos crescentes de escala (manufaturas) são maiores do que para as atividades primárias.<sup>xxv</sup> Limites maiores de crescimento econômico representam, por sua vez, oportunidades maiores de distribuição social da renda.

Números da economia brasileira mostram que a mesma é frágil à queda dos preços internacionais das commodities. As finanças públicas brasileiras são pró-cíclicas, sua economia é “tomadora de preços” e existe ainda a perspectiva do um pouso forçado chinês.



Sources – Bloomberg, Capital Economics

Existem grandes incertezas quanto ao futuro próximo, inclusive se os recentes ganhos sociais possibilitados pela relação favorável dos termos de troca da economia brasileira seriam sustentáveis em um próximo momento de agravamento da crise global.

Faz-se necessário investir em áreas que afetem positivamente a produtividade da economia – educação, infraestrutura física e os aperfeiçoamentos institucionais apontados anteriormente. Dificilmente escaparemos de percorrer o caminho da re-industrialização do Brasil.<sup>xxvi</sup> Ganhos de eficiência e produtividade dependem de esforços ao longo do tempo. Não olvidamos que existe uma forte e positiva causalidade entre o volume de produção industrial e a produtividade manufatureira como um resultado de retornos de escalas estáticos e dinâmicos.<sup>xxvii</sup>

A abundância do petróleo da camada pré-sal e as políticas setoriais de conteúdo nacional podem ajudar, mas muito provavelmente o Estado-nação precisará ir além da articulação e da facilitação institucional dos investimentos produtivos. Esse será um novo debate político, mas com os argumentos de um passado já vivido por muitos.

- <sup>i</sup> Respectivamente doutores em Economia (IE/UFRJ) e Engenharia de Produção (Coppe/UFRJ).
- <sup>ii</sup> **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Publicado originalmente em 1936.
- <sup>iii</sup> Paul Craig Roberts, *Financial Collapse At Hand: When is "Sooner or Later"?* in: <http://www.globalresearch.ca>
- <sup>iv</sup> Rolf Kuntz, **Capitalismo e natureza**: ensaio sobre os fundadores da economia política. Brasiliense, 1982.
- <sup>v</sup> Jean-Claude Drouin, **Os grandes economistas**. Martins Fontes, 2008, p. 15.
- <sup>vi</sup> Citado por John K. Galbraith, **Galbraith essencial**. Futura, 2007, p. 170.
- <sup>vii</sup> Paul Singer, **Curso de introdução à economia política**. 8.ed. Forense Universitária, 1983, p. 41.
- <sup>viii</sup> Tony Judt, **O mal ronda a Terra**. Objetiva, 2011.
- <sup>ix</sup> **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, 2010, p. 16.
- <sup>x</sup> Idem, p. 43.
- <sup>xi</sup> Mario Bunge, **Ciência e desenvolvimento**. Editora Itatiaia, 1980.
- <sup>xii</sup> John K. Galbraith, **The affluent society**. Publicado em 1958 e reeditado em 1969, 1976, 1984 e 1998 (ampliado). Joseph Stiglitz retomou essa tese: The price of inequality. in: **Project Syndicate**, Jun. 5, 2012
- <sup>xiii</sup> **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. Paz e Terra, 2000, p. 7.
- <sup>xiv</sup> Idem, p. 8.
- <sup>xv</sup> Ricardo Bielschowsky, **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4.ed. Contraponto, 2000.
- <sup>xvi</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira, Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. in: Luiz. C. D. Prado (org), **Desenvolvimento econômico e crise**: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- <sup>xvii</sup> Judt, obra citada, p. 62.
- <sup>xviii</sup> A. P. Thirlwall, **The nature of economic growth**. Edward Elgar, 2002.
- <sup>xix</sup> Albert Hirschman, **The strategy of economic development**. Publicado originalmente em 1958.
- <sup>xx</sup> Uma instigante discussão sociológica sobre o “espírito de campanário” da política brasileira encontra-se em Oliveira Vianna, **Problemas de política objetiva**. Companhia Editora Nacional, 1930.
- <sup>xxi</sup> <http://www.doingbusiness.org/>
- <sup>xxii</sup> Piso cambial baseado no Big Mac Index divulgado pela revista *The Economist*.
- <sup>xxiii</sup> As condições para ultrapassar o subdesenvolvimento exigem a presença de fatores novos no crescimento do país, especialmente ligados a desenvolvimentos de pesquisas e tecnologias, além de avanços no campo da inovação.
- <sup>xxiv</sup> Bric – Brasil, Rússia, Índia e China.
- <sup>xxv</sup> Thirlwall, obra citada.
- <sup>xxvi</sup> A indústria de transformação perdeu peso no PIB desde os anos 1980, além de o coeficiente de penetração das importações de bens manufaturados ter se elevado ultimamente.
- <sup>xxvii</sup> “Lei de Verdoorn”, em Thirlwall, obra citada, p. 41.